

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 72 - Setembro de 2014

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



VOTE NULO E VAMOS À LUTA!



NACIONAL

MARINA, ALTERNATIVA DA BURGUESIA
(ASSIM COMO DILMA E AÉCIO)

NESTAS ELEIÇÕES

VOTAR NULO E CONTINUAR LUTANDO PELOS
DIREITOS DOS TRABALHADORES

FALTA D'ÁGUA

PRODUÇÃO DESTRUTIVA. LUCROS PRIVADOS E
PREJUÍZOS PÚBLICOS

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

"CONSENSO" ENTRE AS MAIORES CORRENTES
E FALTA DE DEMOCRACIA

JUVENTUDE

"NÃO DEIXE QUE A UNIVERSIDADE
ATRAPALHE OS SEUS ESTUDOS"

MACHISMO, RACISMO E HOMOFOBIA

A NOSSA LUTA TEM QUE SER TODO DIA
CONTRA BURGUESES, GOVERNO E BUROCRACIA

MARINA, ALTERNATIVA DA BURGUESIA (ASSIM COMO DILMA E AÉCIO)

Marina faz um discurso ambíguo e abstrato; evita dizer claramente o que pretende e como irá governar; busca dialogar com as demandas dos movimentos de junho/2013 e com a classe média; fala de uma “Nova Política” e da necessidade de romper a polarização entre PT e PSDB. Ou seja, mistura vários ingredientes de apelo popular, se apresentando como alternativa ao desgaste das instituições e dos políticos.

Mas um rápido exame de sua trajetória, seus apoiadores, e seu programa, mostra que sua candidatura, assim como a de Aécio e Dilma, é apenas mais uma das roupagens para o mesmo projeto do capital para o país. É uma reciclagem dos interesses empresariais.

MARINA, SUA TRAJETÓRIA E SEUS VÍNCULOS TE ENTREGAM...

Marina se gaba de ter iniciado sua atuação política ao lado de Chico Mendes. Mas a verdade é que o grupo de Marina era o setor mais à direita dentro do PT na região. Chico Mendes era reconhecidamente um sindicalista, cuja luta ligava os interesses de preservação do ambiente às condições de trabalho e de vida dos povos da Floresta. Já Marina embarcou numa defesa abstrata do ambiente, bem ao gosto das ONG's estrangeiras que pretendiam - e ainda pretendem - a “internacionalização” da Amazônia como forma de melhor se apropriar de sua biodiversidade e território.

Quando Lula foi eleito em 2002, aproveitou a imagem de Marina como ambientalista e sua história inicial para colocá-la como Ministra do Ambiente, e assim encobrir e tornar aceitável a entrega de enormes setores da Floresta Amazônica e do Pantanal ao desmatamento e ao agronegócio.

Durante sua gestão no Ministério do Ambiente, o desmatamento aumentou violentamente e os transgênicos foram liberados. Marina só deixou o ministério no meio do

segundo mandato de Lula, quando viu que o desgaste já era grande, e que havia a oportunidade de sair por cima e entrar no Partido Verde.

A partir daí, se aproximou de setores do

empresariado como a Natura, o Itaú, e outros grupos, e elaborou um discurso genérico, buscando a mediação entre PT e PSDB, com uma defesa do ambiente e da sustentabilidade e ao mesmo tempo do capital. Uma contradição absoluta.

Sua força nas eleições de 2010 (a chamada onda verde) consistia no fato de que representava um voto contra ambos os partidos já desgastados, um voto pela negativa, mas indefinido; não foi uma votação de esquerda.

Por pouco não foi para o segundo turno, mas montou um Instituto financiado por ninguém menos que Maria Alice Setubal, a Neca, herdeira do grupo Itaú, que apenas em 2013 doou cerca de R\$ 1 milhão, bancando 83% dos custos do Instituto. Neca é hoje a coordenadora de campanha e amiga de Marina, que também tem ligação com outras empresas como a Natura e a Fundação Porticus. No ano passado, recebeu R\$ 1,6 milhão em palestras. Quem será que pagou?

Marina fez alarde de que não aceitaria doações de empresas da indústria de armas, tabaco, bebidas, porém dos bancos e demais empresas sim... Depois, Márcio França, tesoureiro do PSB e de sua campanha, se rendeu ao pragmatismo eleitoral dizendo que aceita qualquer dinheiro, “venha de onde vier”...

Para ganhar o apoio dos setores reacionários, igrejas evangélicas e suas lideranças como o homofóbico Silas Malafaia, Marina abriu mão da defesa



do casamento civil igualitário, e também excluiu de seu programa a defesa do PLC 122/06. Esse PLC é defendido pelo movimento LGBTT, pois equipara a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero àquelas já previstas em lei para quem discrimina em razão de cor, etnia, nacionalidade e religião. Dilma agiu do mesmo jeito em 2010, ao voltar atrás na defesa da legalização do aborto e depois travando a distribuição do material sobre educação sexual (o kit anti-homofobia).

MARINA, UM NOVO COLLOR?

Anos de governo do PT foram importantes para a burguesia porque seguraram os movimentos e ao mesmo tempo conseguiram arbitrar os vários interesses do próprio capital e do imperialismo. Lula mesmo disse que a burguesia não tem do que se queixar em seu governo e no da Dilma.

Mas é nítido que a política econômica que o PT aplicou, principalmente a partir da crise de 2009, de endividamento disparado das famílias e do estado, isenções de impostos para setores do capital, visando incentivar o consumo, mostra seu esgotamento.

O aumento da competição, no contexto de uma profunda crise estrutural, tem feito com que os paliativos administrados pelo governo do PT sejam cada vez mais passageiros e com menores resultados. Todos os dados mostram dificuldades econômicas crescentes. Tecnicamente,

o país está em recessão.

O capital precisa de um endurecimento da política econômica e está flertando com as alternativas que possam melhor administrar esse remédio extremamente amargo sobre a sociedade, em particular sobre os trabalhadores. Independente de quem seja o vencedor (Dilma, Marina ou Aécio) o que se prepara é um choque econômico, com medidas como essas:

- Restrição da inflação oficial (não necessariamente a real) para o centro da meta em 4,5% ao ano. Dentro da lógica do capital, isso só é possível aumentando os juros e contraindo o crédito, freando violentamente o consumo e levando à queda dos preços.

- Desemprego, provocado por esse processo recessivo de aumento dos juros e restrição do crédito. As empresas querem se reestruturar demitindo trabalhadores e sobrecarregando os que ficam. Já há um processo de demissões e layoffs em várias empresas.

- Ataques aos direitos trabalhistas e aumento da intensidade do trabalho, com as empresas se aproveitando do desemprego crescente. Há o chamado Acordo Coletivo Especial que deve voltar à pauta do Congresso, com o objetivo de desregularizar as relações trabalhistas, criando a "livre negociação" que na prática acaba com vários direitos.

- Reforma Tributária, com redução permanente e horizontal (para todos os setores) dos impostos como IPI, ICMS, contribuições das empresas sobre a folha de pagamentos, etc.

- Privatização total de ramos e empresas hoje já semiprivatizados como a Petrobrás (cuja maioria das ações já estão em mãos privadas), o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, etc.

- Corte dos gastos públicos (leia-se congelamento dos salários do funcionalismo público e demissões) e avanço dos métodos da iniciativa privada no interior do serviço público. Reforma da Previdência, com aumento da idade para se aposentar.

- Endurecimento com os

movimentos com repressão e perseguição aos ativistas.

Essa agenda empresarial não é nova, tem sido aplicada desde Collor, Itamar e FHC. Durante os anos de governo do PT, a entrada de capitais externos, o incentivo ao crédito, e a resistência dos trabalhadores fizeram com que vários pontos dessa agenda fossem mediados, ou jogados para depois. Mas tudo indica que a partir de agora o capital cobra a implementação de sua agenda muito mais a fundo. E precisa de um governo que se comprometa fielmente e sem pudor.

Isso tudo joga a favor da eleição de Marina, cujo principal acessor econômico e possível ministro da Fazenda, Eduardo Gianetti, é defensor de um choque econômico com as medidas citadas acima. A burguesia "pira"... Nesse caso um governo Marina teria características de um novo Collor, para fazer o trabalho sujo e quem sabe, depois ser descartado.

OU DILMA, GERENTE DO CAPITAL...

Mas, ao mesmo tempo em que Marina representa uma alternativa desejável, a maioria da burguesia treme de pensar que poderia ser um governo extremamente instável, que ao se chocar com o movimento pode não ter a força suficiente para se manter. Qual a estrutura de um governo Marina? Com quais partidos poderá efetivamente contar? Teria o apoio dos sindicatos como o governo Dilma? O acirramento social, ao dar força ao setor evangélico, não seria mais um fator de instabilidade política? Enfim, são perguntas para as quais nem a burguesia nem seus analistas e *experts* têm a resposta.

Ao mesmo tempo, o governo Dilma procura tranquilizar a burguesia e os setores reacionários, de que vai ainda mais à direita. Dilma mandou desengavetar um projeto de Lei que estava parado desde



2009, e que estabelece basicamente duas coisas: isenção total de impostos para as igrejas evangélicas e o não reconhecimento de direitos trabalhistas para auxiliares dos pastores (obreiros, presbíteros, etc). Além disso, declarou que num próximo governo irá trocar sua equipe econômica, num claro aceno de que fará um governo muito mais duro nas metas que o mercado financeiro e o capital de conjunto querem.

Quanto a Aécio, não precisamos cansar os leitores, pois seu viés de direita é mais visível. Foi o PSDB que deu sustentabilidade ao projeto neoliberal no Brasil.

PARA NÓS, SÓ VAI SOBRAR A LUTA!

Para nós trabalhadores e estudantes fica a certeza de que qualquer uma das alternativas "viáveis" nessas eleições estarão a serviço do mesmo projeto geral do capital.

Precisamos nos preparar e preparar os trabalhadores, denunciando todas essas candidaturas e seus partidos, e chamando ao fortalecimento da luta e da organização de base, ao mesmo tempo apresentando e discutindo um programa socialista para uma mudança a favor dos trabalhadores, que seja feita pelos trabalhadores com suas organizações de luta.



PSOL ACEITA DOAÇÕES DA BURGUESIA... PSTU CRITICA, MAS SE APROVEITA...

Um dos elementos de cooptação e corrupção do PT foi a aceitação das doações de empresas em suas campanhas. Hoje, a campanha de Dilma é a que mais recebe doações de empresários – R\$123 milhões até agora -, e ainda tem o segundo turno. Se reeleita, seu governo tem dono.

A rejeição a qualquer doação de empresas ou empresários é uma questão de princípios para qualquer organização, partido ou movimento que pretenda manter sua independência de classe.

Mas na ânsia por eleger parlamentares, setores importantes da esquerda estão capitulando e abrindo mão desse ponto fundamental.

O PSOL tenta se apresentar como partido da ética e da mudança, mas desde 2008 passou a aceitar dinheiro das empresas, primeiro na figura da

Gerda – gigante do ramo de aço.

Agora, o PSOL do Rio Grande do Sul recebe doações do Grupo Zaffari –que representa a quinta maior rede de supermercados do Brasil e a primeira do Rio Grande do Sul.

Já em Alagoas, a candidata ao senado pela Frente de Esquerda (PSOL/PSTU), Heloísa Helena, aceitou apoio de representantes do PSDB, do governador Teotônio Vilela e de usineiros de Alagoas.

Já o PSTU, que critica corretamente o PSOL em ambos os casos, rompeu com a candidatura de Heloísa Helena, mas permanece na Frente eleitoral com o PSOL, assim como no Rio Grande do Sul. Com isso, o PSTU também se beneficia do dinheiro recebido das empresas (RS) como do apoio de políticos burgueses (AI), pois tanto o dinheiro como o apoio político acabam chamando votos para a Frente de conjunto, o que conta para a eleição de seus candidatos. Para ser coerente, o PSTU deveria romper com a Frente de

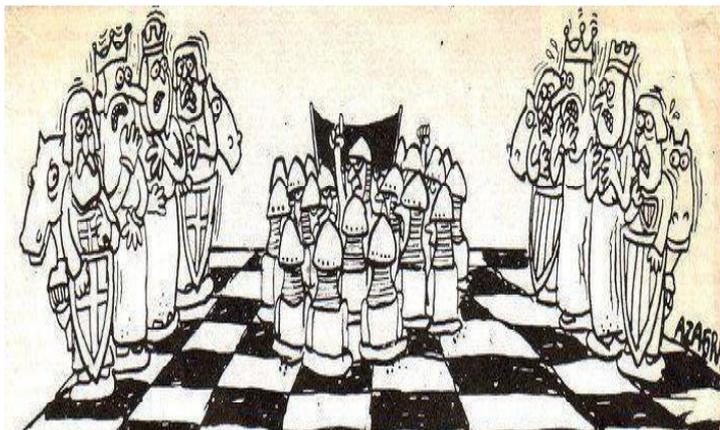
Esquerda nos estados em que o PSOL aceitar dinheiro ou apoio da burguesia.

Assim, por trás do discurso de esquerda, sua prática também acaba sendo oportunista, priorizando eleger seus candidatos ao invés de aproveitar para ter uma postura coerente, diferenciada e educativa para os trabalhadores e a vanguarda.

O mesmo problema aconteceu nas eleições passadas, em Belém, quando o PSTU permaneceu na Frente com PSOL e PC do B (partido governista), rompendo apenas depois do 1º turno, quando já havia eleito seu vereador... pela Frente.

Não somos contra a eleição de candidatos comprometidos com a luta e com um programa dos trabalhadores. Mas essa postura inconsequente do PSTU é problemática, pois nesses casos a tática (eleger candidatos) está comprometendo a estratégia que deve ser a independência da luta e organização dos trabalhadores frente à burguesia e seus partidos.

NESSAS ELEIÇÕES: VOTO NULO. NO DIA A DIA: LUTA DIRETA PARA CONQUISTAR DIREITOS



O ESTADO BURGUEÊS E AS ELEIÇÕES

O Estado burguês é o Estado da classe dominante no sistema capitalista, a classe dos proprietários dos meios de produção, os banqueiros, industriais, latifundiários, empreiteiros, etc. Esse Estado jamais será favorável aos trabalhadores nem muito menos será instrumento para uma transformação anticapitalista. Ao contrário, ele existe

para amortecer as contradições de classe, para criar a ilusão de que representa toda a sociedade, quando na verdade seu papel é o de garantir a continuidade

das relações capitalistas, ou seja, da extração de trabalho não pago, da mais valia que é roubada cotidianamente de todos os trabalhadores, e das diversas formas de opressão.

Para garantir a continuidade da exploração, o Estado burguês pode assumir diversas formas, como a monarquia, a teocracia, a ditadura fascista ou a democracia representativa. Conforme as

necessidades do momento histórico, o Estado burguês pode ser mais autoritário ou até se apresentar como democrático na aparência. Mas em todas essas formas, o Estado burguês mantém a sua essência, ele é a ditadura de uma classe social sobre as demais. É para garantir os interesses dos capitalistas que trabalham todas as suas instituições, o executivo, o legislativo, o judiciário, as forças armadas, as leis, etc.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E A CRISE DA ALTERNATIVA SOCIALISTA

No período atual de crise estrutural do sistema do capital, é ainda mais difícil arrancar melhorias em favor dos trabalhadores. Ao contrário, o papel dos gestores do Estado burguês é aplicar as políticas necessárias à sobrevivência do capitalismo,

impondo a retirada de direitos, o sucateamento dos serviços públicos, o arrocho salarial, o pagamento da dívida pública, tudo em nome das necessidades do mercado.

Muitas pessoas fazem críticas aos políticos eleitos como se o que fazem ou deixam de fazer dependesse só da vontade deles. Mas a própria lógica do poder na sociedade capitalista impede que, mesmo que houvesse uma atuação bem aguerrida de representantes dos trabalhadores no parlamento, isso trouxesse mudanças na nossa vida por essa via. Por isso não faz nenhum sentido a esquerda organizar uma campanha se apresentando como “o melhor candidato”, como se o problema do parlamento fosse não ter deputado ou senador de esquerda.

Ao mesmo tempo em que o sistema do capital convive com uma crise estrutural que o obriga a ser mais agressivo, o seu antagonista histórico, a classe trabalhadora, convive há várias décadas com uma crise da alternativa socialista. Os trabalhadores muitas vezes se colocam em luta contra as consequências das crises capitalistas, o desemprego, a carestia, a corrupção, etc., fazem greves, manifestações, ocupações, chegam até a derrubar governos em alguns países, mas, devido à ausência de uma consciência de classe e socialista, essas lutas muitas vezes param no meio do caminho. Sem uma perspectiva socialista, de negação do capitalismo e seu Estado, as lutas acabam sendo desviadas para a eleição de novos governantes, que mudam a aparência das coisas, mas mantêm o essencial das relações capitalistas.

A CRISE DE ALTERNATIVAS NO BRASIL PÓS-PT E PÓS-JUNHO

No Brasil o PT desviou o importante processo de lutas que se deu no final da ditadura militar e ao longo da década de 1980 para um projeto de administração do Estado burguês. Essa trajetória resultou na acomodação à gestão do capitalismo, com uma sequência de três governos rigorosamente neoliberais. Lula e Dilma favoreceram os setores mais poderosos do capitalismo no Brasil, os bancos, o

agronegócio, as empreiteiras, garantiram o pagamento da dívida (pouco mais de 40% do orçamento ou mais ou menos R\$ 1 trilhão só neste ano) aos especuladores, deram continuidade às privatizações, reprimiram greves, manifestações e movimentos sociais; e mantiveram sua popularidade graças a programas assistenciais (um gasto muito menor que a dívida, apenas R\$ 24,6 bilhões em 2014 para o Bolsa Família, que está longe de enfrentar as causas estruturais da miséria, o que mostra as reais prioridades desses governos).

O curso anterior do PT até chegar ao controle do Estado burguês e as três gestões petistas foram um desastre em termos de despolitização dos trabalhadores. O discurso das reformas sociais das primeiras décadas do partido foi substituído pela apologia da prosperidade da era Lula, prosperidade que depois se provou ilusória. A resposta dos capitalistas brasileiros à crise mundial de 2008, com um aumento da exploração nos locais de trabalho, o aumento do endividamento dos trabalhadores que manteve a economia funcionando, a deterioração dos serviços públicos devido ao desvio de dinheiro do governo para os capitalistas; tudo isso gerou uma insatisfação que se acumulou gradativamente.

Em 2013 essa insatisfação veio à tona na forma de uma onda de manifestações, que começou com uma luta contra o aumento das passagens e terminou com milhões de pessoas nas ruas expondo uma série de demandas, como a educação, a saúde, a mobilidade urbana, a indignação com a corrupção e os gastos com a Copa, o repúdio aos partidos e instituições, etc.

Infelizmente, devido à despolitização geral reinante e a própria ação dos governos e da burguesia de conjunto para “abafar” esse processo, essa insatisfação não resultou em um questionamento mais profundo do sistema capitalista e sua lógica, mas parou na rejeição ao PT e e sua corrupção, e aos demais partidos em menor escala. Mas ficou um sentimento de que é necessário mudar

as coisas, sentimento do qual Marina tenta se apropriar para aparecer como a “novidade”.

AS ELEIÇÕES DE 2014: OS DEMAIS CANDIDATOS

É nesse cenário de despolitização e crise da alternativa socialista que a insatisfação com os governos do PT (que também atinge o PSDB e outros partidos) acabou sendo desviada para uma candidatura improvisada da direita, a de Marina Silva (ver artigo nesta edição), que se esforça para aparecer como uma alternativa, como algo “novo”.

Trata-se, mais uma vez, do clássico mecanismo de reciclar os ocupantes dos cargos de direção do Estado burguês para que o próximo governo aplique as medidas necessárias aos capitalistas com o respaldo e legitimidade das urnas. Como se não bastasse os partidos da legalidade se esforçando para desviar os descontentamentos para a institucionalidade, o TSE, para reforçar esse operativo, comparece com a campanha #vempraurna, reiterando a ideia de que o voto é o caminho para se obter melhorias.

Diante desse operativo, do momento histórico que vivemos, e da crise de alternativas socialistas, os revolucionários devem negar frontalmente o “#vempraurna” do TSE, da mídia e dos partidos burgueses e chamar os trabalhadores a ir às ruas para lutar por suas demandas.

O Estado burguês, como dissemos, jamais será instrumento para mudanças favoráveis aos trabalhadores, ele pode apenas fazer concessões, mas só quando for forçado a isso pela mobilização dos trabalhadores. É sempre a luta que garante conquistas: só a luta muda a vida!

NESSAS ELEIÇÕES: VOTO NULO. NOS LOCAIS DE TRABALHO E ESTUDO: SEGUIR LUTANDO

A negação da forma de representação do Estado burguês poderia ser feita por candidaturas operárias, que existem no PSOL, PSTU, PCB e PCO. Entretanto, esses partidos não se habilitaram a cumprir esse papel

por não ter realizado uma disputa ideológica a fundo junto aos trabalhadores em defesa do socialismo (em geral a atividade rotineira dessas organizações se limita à disputa de aparatos sindicais e estudantis), não ter construído a unidade em um Fórum Nacional de Lutas que apresentasse uma alternativa dos trabalhadores após as manifestações de junho, e, como consequência de tudo isso, sequer ter construído uma candidatura unitária nas eleições.

Na ausência dessas condições, a participação dos partidos operários nas eleições, ao invés de servir para reforçar a luta por um programa dos trabalhadores, acaba por se diluir na vala comum dos demais partidos burgueses, sem se distinguir claramente.

Em qualquer situação, a falta de unidade da esquerda é um problema para a luta dos trabalhadores. Sem

unidade na luta, fica difícil construir um projeto político dos trabalhadores, que possa ter expressão nas eleições. Sem esse projeto, a falta de unidade nas eleições torna o problema ainda maior, pois faz parecer que os partidos operários são iguais a qualquer partido burguês, participam do processo apenas para disputar votos. Desaparece no circo geral da propaganda eleitoral a distinção de classe entre partidos operários e partidos burgueses. Ao invés de colaborar para o enfrentamento ao sistema e seus pressupostos ideológicos, essa participação fragmentada e rebaixada acaba referendando a ideia de que o voto pode mudar as coisas e assim reforçando a democracia burguesa.

Diante disso, entendemos que a opção que melhor expressa a rejeição às falsas alternativas burguesas é o voto nulo, e fazemos o chamado aos

trabalhadores para seguirmos lutando pelas nossas demandas, construindo a unidade com os lutadores que estão dentro ou fora dos partidos operários, contra o próximo governo burguês, qualquer que seja ele, contra o capitalismo e pelo socialismo.

Impulsionamos a campanha pelo voto nulo (ao contrário dos anarquistas, que a tratam como uma estratégia permanente para qualquer momento, e daqueles que a defendem por “desinteresse” na política), essencialmente por conta dos limites – expostos acima – das campanhas dos partidos de esquerda e também como forma de ajudar a classe trabalhadora a compreender que não se deve confiar nas formas de representação burguesas e que só a sua organização e a luta direta podem conquistar as reivindicações das jornadas de junho.

FALTA D'ÁGUA EM SÃO PAULO: PRODUÇÃO DESTRUTIVA, LUCROS PRIVADOS E PREJUÍZOS PÚBLICOS

A situação do abastecimento de água na região da Grande São Paulo tem sido discutida há vários meses, desde que os reservatórios do sistema Cantareira, que abastece cerca de 6,5 milhões de habitantes, atingiram um nível crítico. No momento, o nível das reservas é de 10,7%. O sistema Tietê, que abastece outros 4,5 milhões de pessoas na região, está com apenas 15,2% de capacidade. A falta d'água, como não poderia deixar de ser, tornou-se mais um dos temas de debate no período eleitoral. De um lado, o governador e candidato à reeleição Alckmin, do PSDB, diz que a causa do quase esvaziamento dos reservatórios é a falta de chuvas. De outro lado, os candidatos opositores apontam as falhas na gestão do governo, que comanda a Sabesp, empresa responsável pelo abastecimento. Na verdade, ambos estão errados.



A CULPA É DO CAPITALISMO...

A falta d'água em São Paulo não é apenas um problema de gestão, que poderia ser resolvido por uma administração mais competente. Afinal, a falta de chuvas é real. O estado de São Paulo enfrenta a maior seca desde 1969. A estiagem em São Paulo não é um fenômeno isolado e de âmbito apenas local. A mudança climática é um processo global, que resulta em vários tipos de desequilíbrios, como secas, inundações, ondas de frio ou calor, tempestades, furacões,

nevascas, efeito estufa, etc., em várias regiões do planeta.

Essa mudança climática que estamos vivenciando nas últimas décadas é resultado do acúmulo de séculos de intervenção humana no meio ambiente, em particular a partir da Revolução Industrial. A queima de combustíveis fósseis, a extração de minérios e outros recursos, a derrubada de florestas e matas nativas, a extinção de espécies animais e vegetais, o esgotamento da fertilidade dos solos pela agricultura e pecuária intensivas,

o despejo de poluentes na terra, nas águas e no ar, o lixo, a impermeabilização dos terrenos pela urbanização, destruição de margens de rios e mangues, etc; tudo isso vem acontecendo há séculos de uma maneira descontrolada, irracional, inconsequente. Isso inevitavelmente provocaria mudanças no equilíbrio ecológico e climático do planeta, com as consequências que estamos vivenciando hoje, e que não serão facilmente reversíveis.

Mas o problema não foi o simples aumento da capacidade produtiva da humanidade, o que em termos da história da espécie é uma vitória sobre a natureza. O problema é que esse aumento das forças produtivas não foi aproveitado de maneira racional para atender às necessidades humanas, e sim para aumentar o lucro capitalista. A forma mercadoria é a forma de todos os produtos da atividade humana no capitalismo, o que significa que esses produtos são produzidos não porque atendem a alguma necessidade, mas para que possam ser vendidos, e assim realizar e multiplicar o seu valor mercantil.

No auge da sua irracionalidade, vemos esse sistema produzir milhões de automóveis, que não podem circular porque provocam gigantescos engarrafamentos, milhões de eletrodomésticos que são jogados no lixo com pouco tempo de uso para serem substituídos por novas bugingangas, toneladas de alimentos sendo desperdiçados e quase um bilhão de pessoas passando fome porque não podem pagar pela comida, prédios e apartamentos sendo construídos e pessoas sem ter onde morar, milhões de trabalhadores adoecendo física e psicologicamente por excesso de serviço e outros milhões desempregados. Para o capitalismo, é indiferente que as mercadorias atendam ou não a alguma necessidade, o que importa é que sirvam como suporte para a multiplicação do valor. Por isso, vivemos uma overdose de mercadorias (e de miséria) e alterações no equilíbrio ecológico global. A produção capitalista é uma produção destrutiva.

...O CAPITALISMO PRIVATIZOU A ÁGUA

Se o sistema capitalista em escala global pode ser responsabilizado pelos desequilíbrios climáticos e a falta de chuva, esse mesmo sistema e sua lógica do lucro a qualquer custo destrói as possibilidades de lidar com a falta de chuvas na escala local. No Brasil, de acordo com as definições da lei, a água em si não pode ser vendida como mercadoria. As empresas que fazem o abastecimento podem cobrar pelo serviço de tratamento e distribuição. É esse custo que vem na conta d'água que todos pagamos. Para prover esse serviço, essas empresas precisam receber uma concessão governamental, e para isso precisam se comprometer com uma série de condições.

Na região da Grande São Paulo, a empresa responsável por esse serviço é a SABESP, uma empresa de economia mista, com maioria acionária pertencente ao governo do estado e o restante das ações nas mãos de investidores privados. A concessão da SABESP para fornecer o tratamento e distribuição de água em mais de 300 cidades do estado de São Paulo foi renovada pela última vez em 2004. Na renovação, ficou estabelecido que a SABESP tinha a obrigação de investir em estações de tratamento de esgoto, aumento dos reservatórios e manutenção dos encanamentos (um terço da água se perde em vazamentos, segundo a própria SABESP). Para cumprir com essa obrigação, a empresa teria que fazer pesados investimentos.

Ao invés disso, a SABESP pagou R\$ 500 milhões como lucro aos seus ricos donos somente este ano. Entre 2004 e 2013, foram ao todo R\$ 4,8 bilhões! Isso quer dizer que alguns poucos estão lucrando com a desgraça e a falta d'água de outros!

CONTRA O CAPITALISMO E PELO SOCIALISMO, PARA SALVAR A HUMANIDADE!

Há várias regiões da Grande São Paulo em que já falta água, vários bairros e cidades recebem água dia sim dia não, ou por apenas algumas horas do dia. Curiosamente, essas regiões

ficam nas periferias, enquanto que nos bairros centrais e de alta renda, onde mora a burguesia, nunca falta água. E ainda mais curioso, a palavra racionamento está proibida. A imprensa é tão chapa branca e servil ao PSDB que não pode usar a palavra que descreve a atual situação. Não se pode assumir que há racionamento da água, porque isso poderia prejudicar a candidatura do tucano à reeleição.

Enquanto os políticos e capitalistas lucram, a população sofre. É preciso tirar a SABESP das mãos dos empresários e torná-la pública e sob controle dos trabalhadores! Só assim poderemos ter o aumento dos investimentos em tratamento de esgoto, reservatórios e encanamentos! Defendemos a reestatização da SABESP, sob controle dos trabalhadores e da população. Provisoriamente, enquanto não se restabelecem as reservas, é preciso aplicar o racionamento, mas que ele atinja por igual todas as regiões, e não apenas os bairros pobres e periféricos. Racionamento também nos bairros burgueses!

E finalmente, é preciso também ficar claro que a solução para os problemas ambientais só será possível com o fim do capitalismo. Isso porque o meio ambiente é um sistema planetário, os diversos ecossistemas locais estão interligados e interagem uns sobre os outros. A poluição numa determinada região pode provocar falta de chuvas em outra, e assim por diante. Enquanto houver capitalismo, haverá destruição ambiental. A regeneração do ecossistema planetário, de uma maneira que possa suportar a vida humana, só é possível por meio de ações coordenadas mundialmente. E o sistema capitalista é incapaz desse tipo de coordenação, já que está estruturado sobre a base da dominação de uns sobre os outros e do conflito de todos contra todos, tanto entre países e coletividades como entre os indivíduos.

Cada vez mais, o socialismo, sistema baseado nas decisões coletivas sobre o que produzir e como produzir, é uma necessidade para a própria sobrevivência da humanidade.

ENCONTRO NACIONAL DA EDUCAÇÃO: “CONSENSO” ENTRE AS MAIORES CORRENTES E FALTA DE DEMOCRACIA

Nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2014, tivemos no RJ o Encontro Nacional de Educação (ENE), que contou com a presença de cerca de 2 mil dos mais variados estados, dispostos a debater e encontrar saídas para os problemas enfrentados pela educação pública em todos os níveis.

A REALIDADE ENFRENTADA PELAS CRECHES, ESCOLAS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O ENE ocorreu em meio a um quadro nada animador para os educadores, estudantes e funcionários de creches, educação básica e universidades públicas. Isso se deve à ofensiva dos governos e à ingerência cada vez maior do capital e seus agentes, que retiram nossos direitos históricos e promovem uma formação aligeirada que prioriza apenas um aprendizado mínimo para empregos precarizados, ou mesmo o desemprego. Uma educação que também visa o controle ideológico e a contenção social de alunos e professores.

A aprovação do novo PNE, que aprofunda ainda mais essa ofensiva, e a política de sucateamento das universidades públicas (muito sentida especialmente nos últimos 3 anos) foi e está sendo o combustível de inúmeras lutas de professores e estudantes em todo o país. Ocorreram no Brasil, no último período, greves longas e duras que enfrentaram governos petistas, tucanos e seus aliados. Exemplos disso foram a greve unificada dos professores do Rio de Janeiro, e agora a greve da USP, que já passa de 3 meses.

Assim, o ENE poderia e deveria ser o espaço de construção de um Plano de Lutas e de um Projeto Alternativo dos trabalhadores para a Educação Pública, a ser levado para as diversas regiões do país como resultado das discussões e deliberações. Para isso, era necessário dar voz aos maiores envolvidos, os participantes.

No ENE, PREVALECEU O CONTROLE, FALTA DE DEMOCRACIA E O CONSENSO ENTRE AS MAIORES CORRENTES

Desconsiderou-se o quadro político acima e prevaleceu o controle burocrático e o eleitoralismo das grandes correntes – PSTU e PSOL –, que desviaram o ENE para os seus interesses restritos. No sábado, impuseram mesas com (seus) palestrantes que tomaram toda a manhã, e ainda sem abrir sequer para falas do Plenário. Com isso, o Plenário foi privado de conhecer pelo menos uma visão resumida das contribuições ao ENE, já que os setores que se esforçaram em escrever contribuições não tiveram o direito de apresentá-las.

Quando nós, da Tese *Educação Contra o Capital!*, tentamos propor outra dinâmica mais interativa e que desse poder de decisão aos participantes, a mesa negou até mesmo nosso direito de fala! Essa é a mesma prática que essas forças (PSTU e PSOL) enfrentam nos fóruns dirigidos pelos setores governistas da CUT, CTB e centrais pelegas do movimento, e que agora reproduzem contra as correntes menores. Um absurdo que deve ser rechaçado por todos!

Na parte da tarde, os grupos de discussão foram jogados para locais distantes (Fundão da UFRJ) e fragmentados em temas que dificultavam a visão de conjunto do Projeto Educacional em curso no país. A alegação de boicote de local dos governos municipal e estadual do RJ ao ENE não cabe como justificativa, pois o Clube Municipal da Tijuca foi usado na noite do dia 09/agosto para o lançamento da candidatura do Zé Maria/PSTU. As correntes têm todo o direito de fazer o lançamento de suas candidaturas, mas deveriam também se esforçar para uma organização melhor dos grupos de discussão.

Muitas delegações não eram de

sindicatos e não tinham condições financeiras de alugar uma estadia razoável, nesse caso, o movimento estudantil. Houve setores que além de comida estragada, ficaram em locais de péssimas condições. Sobre isso, está sendo alegado pelos setores majoritários que houve um boicote por parte do governo estadual do RJ.

Por conta de tudo isso, distribuimos uma nota no ENE (ver em nosso portal), repudiando a falta de democracia e o tratamento dado às correntes minoritárias e às delegações.

Não somos contra a participação das correntes e partidos, nem que queiram se construir, mas isso não pode se dar às custas dos interesses maiores do movimento. A construção dos partidos e correntes deve estar em sintonia e a serviço de impulsionar o movimento, a consciência e a organização dos trabalhadores e estudantes, e não como um fim em si.

AS INDICAÇÕES FINAIS DO ENE

Por último, no dia 10 (domingo) houve a mera leitura (em clima de total dispersão) dos relatórios dos grupos, já com o filtro do que se considerava “consenso” e a vaga indicação da:

- *Constituição de comitês estaduais em defesa da Escola Pública; realização nos estados, na segunda quinzena de outubro, de um dia de Luta em Defesa da Educação Pública – está sendo convocado para o dia 23/outubro;*

- *Realização do II Encontro Nacional de Educação em 2016, precedido de encontros estaduais preparatórios;*

- *Manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já!*

- *Organização de agenda de atividades e ações como referência para a orientação e realização das tarefas que façam avançar a nossa luta, que queremos incorporada pelo povo brasileiro, para o avanço da liberdade, emancipação social e o descortino de outro mundo.*

Essas indicações acima, é verdade

que são necessárias. No entanto, sabemos que serão apenas intenções que se realizarão parcialmente, pois as maiores correntes – e assim como ocorreu nos encontros preparatórios para o ENE/2014 – não jogaram peso político na efetiva construção e realização dessas indicações.

A política do “consenso” na verdade serviu para referendar o consenso das duas maiores correntes (PSTU e PSOL). Em muitos pontos havia divergências, mas como não eram entre essas duas forças, foi considerado o “consenso” delas. Isso evidencia que esses setores majoritários no ENE se dispõem a fazer ou impulsionar algo, mas desde

que esteja sob o seu controle, o que agrava ainda mais a *questão democrática*, tão questionada a partir dos meses de junho e julho do ano passado.

No ENE, os participantes não puderam conhecer, debater e deliberar sobre as posições divergentes que todos sabemos que há no movimento. Não pretendíamos que se votasse de tudo, mas pelo menos um Programa Mínimo, um Plano de Lutas e um Fórum de entidades e movimentos que começasse a ser alternativa ao governismo e ao peleguismo da CNTE e da UNE. Isso era o mínimo para que os participantes pudessem voltar para suas regiões armados com uma orientação geral.

Ao não apontar algo nesse sentido, frustrou inúmeros ativistas dos mais longínquos cantos do país, que visavam à construção de ações mais concretas de rearme e de enfrentamento à ofensiva do capital, dos governos e seus agentes.

Não somos videntes, mas os discursos das candidaturas burguesas e as medidas de contenção da crise da economia capitalista, sinalizam para um quadro político em 2015, de aprofundamento dos ataques aos trabalhadores. Precisamos de fóruns unitários que contemplem a participação ativa dos professores e estudantes, e sejam capazes de apontar planos concretos de luta.

“NÃO DEIXE QUE A UNIVERSIDADE ATRAPALHE OS SEUS ESTUDOS” (MAIO DE 1968)

Muitos defensores do governo do PT podem discordar do sentido do título desse texto, afirmando que a universidade brasileira, pós-Reuni, tornou-se, de fato, uma universidade popular. Podem afirmar que o acesso ao ensino superior deixou de ser um privilégio da classe média, visto que com o FIES (Fundo de Investimento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos), bem como com a expansão das universidades federais, pessoas com baixo poder aquisitivo agora podem sentar nas cadeiras da academia.

Pois bem! Não negamos que a quantidade de pessoas com acesso ao ensino superior aumentou ao longo da gestão petista. Contudo, esse aumento quantitativo, nem de longe, foi acompanhado por um aumento qualitativo das condições de estudo. O “popular” do PT é um termo útil na tentativa de mitigar o antagonismo de classe próprio da nossa sociedade capitalista.

As jornadas de junho, do ano passado, levaram milhões de jovens às ruas, expressando a vontade de mudar os rumos do país. Mesmo com o grande contingente de manifestantes insatisfeitos, a consciência socialista não foi desenvolvida. Como consequência

deste fato, a direita articula e apresenta “um novo caminho”: Marina Silva (a qual, diga-se de passagem, ganhou a simpatia - e os votos - de muitos pelo sensacionalismo da mídia em relação ao ocorrido com Eduardo Campos).

Europa, Oriente Médio, América Latina e em várias outras partes do mundo sabemos que juventude vive em condições muito complicadas. Sofremos com o desemprego, com a falta de lazer, com a falta de perspectiva de futuro. Enfim, a sociedade capitalista nada oferece a não ser uma vida sem sentido.

Para nós, jovens estudantes socialistas, a frase acima, pichada nos muros parisienses em 1968, ainda possui completa significância política. É uma frase que resume a nossa posição diante da atual conjuntura da Educação no Brasil.

QUEM LUCRA COM O SABER?

As pessoas que estão nas faculdades privadas são, em sua maioria, jovens que se submetem a empregos precarizados, a fim de poderem pagar a mensalidade abusiva do seu curso; enquanto que nas universidades públicas, ainda conserva-se o caráter branco/pequeno-burguês de seu corpo discente.

O crescente repasse de verbas

públicas para as instituições de ensino privadas é um fato alarmante que nos indica a crescente mercantilização da Educação. Muitos empresários especulam o valor do conhecimento e, junto ao governo federal, barganham isenção de impostos e outros benefícios que lhes trarão maiores lucros. Um exemplo disso é o movimento “Todos pela Educação”, um movimento de grandes capitalistas que, intervindo na construção do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) orientaram as metas do atual PNE (Plano Nacional de Educação) junto ao governo federal. A parceria público-privada é uma constante por todo o plano. Não é à toa que os 10% do PIB (Produto Interno Bruto) foram também destinados para as instituições de ensino privadas.

Se “os menos favorecidos” agora frequentam as faculdades privadas, quais são as suas condições de estudo? Será que os estudantes podem se organizar para reivindicarem diminuição do preço da mensalidade ou qualquer outra pauta contrária à gerência da faculdade? Estas são perguntas importantes para nós do Movimento Estudantil que apoiamos estudantes em luta, seja na universidade pública ou nas instituições privadas.

CADÊ A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A DEMOCRACIA?

Muitos são os problemas vivenciados cotidianamente nas universidades públicas: pouca quantidade de vagas na residência/moradia estudantil (quando existe uma...); limite de usuários nos restaurantes universitários; carência de bolsas de pesquisa e extensão; precariedade na infraestrutura dos prédios, ou até mesmo a falta de prédios e de materiais de estudo, a exemplo dos pólos descentralizados da UFAL; exploração de mão de obra barata através das bolsas de trabalho, pelas quais o aluno exerce uma função burocrática para ganhar uma quantia no mesmo valor de uma bolsa de pesquisa (R\$ 400,00) e etc.

Para enfrentar esses problemas é preciso entender que o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) não é um tipo de favor prestado pelo MEC (Ministério da Educação). A assistência estudantil é um direito dos alunos. Se o acesso à universidade já se dá de maneira injusta, dado que o vestibular/ENEM não passa de uma "peneira", a permanência do estudante oriundo da classe trabalhadora, com a ausência de políticas de assistência eficientes, torna-se complicada, visto que muitos, para se manter, vendem sua força de trabalho em diversos tipos de empregos precarizados.

Além do acesso e da permanência, há outra questão: democracia na universidade. Esse é um ponto muito importante que precisa ser discutido, ainda mais em um momento em que a permanência da Polícia Militar no campus aparece como algo típico e necessário para a garantia da segurança.

Assim como a aprovação da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), a instalação da PM no campus da UFAL deu-se por um ato antidemocrático da reitoria. Não se discutiu com a comunidade acadêmica sobre essa política de segurança adotada e, muito menos, sobre a política de privatização do Hospital Universitário. Quem levantou o debate em torno dessas duas medidas, foi o Movimento Estudantil,

os professores e os técnicos que não se deixam intimidar pela reitoria.

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Atuar politicamente é uma experiência árdua, mas, também é, uma experiência repleta de prazeres. Muitos militantes, quando começam a pensar sobre a construção de uma sociabilidade para além dos ditames da sociedade burguesa e iniciar a militância política revolucionária, diante da primeira desilusão (sim, deparamo-nos com ela em muitos momentos...) podem se desestimular, desistindo, assim, de permanecer organizados.

Contudo, inseridos nessa realidade, a qual nos indica aparente solução para as crises que vivemos, não só na Educação com teorias escapistas, religiosas, individualistas, pós-modernas, etc., que buscamos ter uma sólida compreensão das leis que regem a sociedade capitalista.

Uma das formas de combater essas dificuldades é a formação política e teórica, onde podemos compreender e entender todas as dificuldades do processo revolucionário, nos fortalecendo e juntos podemos de fato fazer um enfrentamento real a essa realidade que nos oprime. Uma formação para qualificar a nossa intervenção prática.

Pavimentar o caminho da militância revolucionária da juventude para uma luta imediata, mas, especialmente, para a luta pela revolução (que não se esgota com a tomada do poder político de Estado) é uma tarefa diária.

Assim, compreendendo que a militância não pode ser algo imediato e passageiro é que se poderá absorver as lições das muitas derrotas e vitórias

que encontramos no caminho da revolução e que continuarão a servir de exemplo para as gerações futuras.

CONSTRUIR UM COLETIVO DA JUVENTUDE!

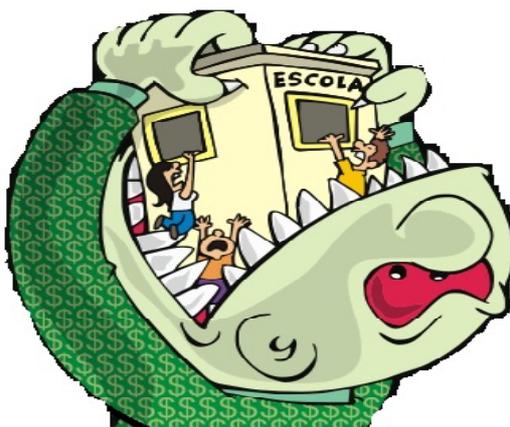
O futuro da revolução depende da chegada de novos batalhões da juventude para a luta socialista. Novos militantes, mais energias, disposição revolucionária e esperança no futuro socialista são urgentes. Estamos lutando para construir uma alternativa.

Nós, que estudamos para compreender a realidade e atuar nela em prol da emancipação humana, estamos também organizados no Movimento Estudantil. Prezamos pela construção de um movimento que fortaleça as suas entidades de base (centros e diretórios acadêmicos) e que se coloque sempre contrário a qualquer tentativa de burocratização e aparelhamento dos instrumentos de luta estudantil.

Conforme a nossa concepção política de Movimento Estudantil, nós estamos unidos com o objetivo de apontar os limites da universidade burguesa. Esta que possui uma configuração completamente orientada para a defesa de interesses que não são os interesses dos explorados, mas sim dos exploradores.

Frente a tal antagonismo de classe, nós não reconhecemos o PT, senão como mais um governo burguês neoliberal. Um exemplo de partido que nos demonstra que o capital é inalterável em sua lógica de dominação de classe. Dilma, Marina Silva ou Aécio Neves representam um único projeto realizável no sistema econômico capitalista: o projeto do lucro para os capitalistas.

Não iremos deixar que a universidade atrapalhe os nossos estudos e a nossa organização política! Nossas reuniões já estão ocorrendo. Estamos discutindo um programa e quais as maneiras de nos organizar. A ideia é de construirmos juntos com quem se propõe a fazer parte dessa empreitada. Pensar coletivamente o que fazer e como fazer! Construa conosco a luta no Movimento Estudantil!



A NOSSA LUTA TEM QUE SER TODO DIA CONTRA BURGUESES, GOVERNO, CONSERVADORES E BUROCRACIA

O que esse cenário, que antecede as eleições, descortina da realidade brasileira em relação às mulheres, negros e LGBTs da classe trabalhadora?

É no período eleitoral que os diversos partidos buscam apresentar seus programas de governo e a burguesia, como classe dominante, faz qualquer negócio para continuar governando o país e se nutrindo da riqueza por nós produzida. E, para isso, se utiliza de preconceitos existentes, da intolerância religiosa, da falta de informação e até mesmo do genocídio de parcela da classe trabalhadora.

Sabemos, é verdade, que a opressão capitalista, a cada dia e de diversas formas, precisa desumanizar parte da sociedade para justificar o nível de exploração, mas, impressiona como em período eleitoral vários temas ligados diretamente a alguns setores da classe trabalhadora se revelam alvo de debates e demonstram o quanto o machismo, o racismo e a homofobia são necessários para manter o sistema em funcionamento e, inclusive, para a burguesia buscar perpetuar seus medíocres e hipócritas valores.

A HOMOFOBIA COMO FORMA DE ENFRAQUECER A CLASSE TRABALHADORA

Há alguns dias assistimos a pauta LGBT ser evidenciada. Os presidenciáveis passaram a responder, sobretudo, quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Conservadores, como Marina, insistiram em se contrapor e reafirmar os valores da Família burguesa, submetida às leis da propriedade privada e da herança, isto é, casamento como sinônimo de sexo para procriar e ter herdeiros.

No entanto, nenhum partido tem apresentado uma proposta de programa capaz de, sequer, minimizar: o número de assassinatos (a cada 28 horas um homossexual morre no Brasil); o sofrimento de LGBTs da classe trabalhadora (jovens e da periferia) no mercado de trabalho e nas escolas; e os problemas causados para aquisição de nome social, união civil, etc. Questões básicas para sobrevivência numa sociedade como a nossa. E até o enfrentamento a questões como a proibição da distribuição do material pedagógico chamado de “kit anti-homofobia” foi relegado, enquanto que a tal “cura gay” tem sido propalada na imprensa e nas redes sociais.

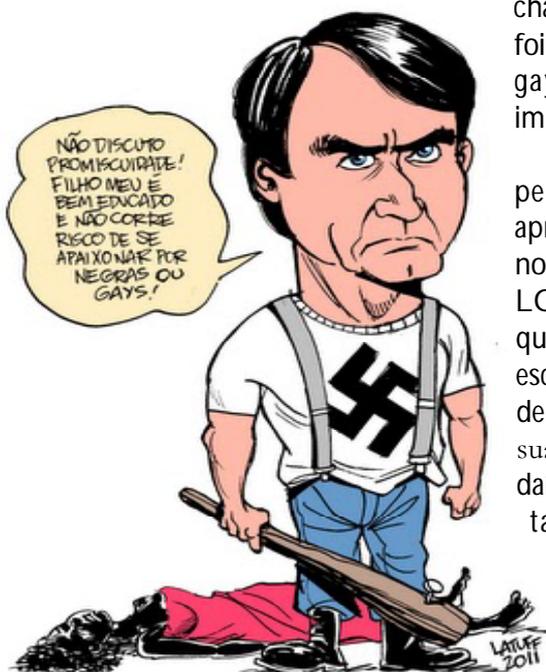
É exatamente no dia a dia das periferias que essas questões se apresentam com o maior furor. É nos bairros pobres que a juventude LGBT compreende desde cedo o quão duro são o preconceito nas escolas, o desemprego e a conquista de direitos como o de realização de sua própria sexualidade. É a partir daí, que na busca por outros espaços também se depara com a homofobia impregnada no capitalismo e bastante visualizada durante esse processo eleitoral.

A POPULAÇÃO NEGRA COMO ALVO DO GENOCÍDIO

Para a população negra da classe trabalhadora não tem sido diferente. Além do número de assassinatos (representa 53,4% dos homicídios no Brasil, o que coloca o país como genocida), da diferença salarial, da falta de aplicação da política de cotas proporcionais (no mercado de trabalho, universidades, escolas técnicas, etc.) são constantes os casos de racismo noticiados pela imprensa burguesa e denunciados pelas redes sociais. No entanto, não encontramos casos de prisões por racismo. Quando muito, converte-se em injúria, paga-se fiança e tudo continua como antes.

E é nas periferias que o próprio Estado demonstra o quanto o racismo cotidiano extermina negros e negras. Somente no primeiro semestre de 2014, em São Paulo (governado a mais de 20 anos pelo partido de Alckmin, Aécio Neves e Cia.), a Polícia Militar matou 62% a mais que o ano anterior e nas regiões mais pobres, onde a maioria da população é negra. Enquanto isso, esses partidos da burguesia insistem, nos programas de governo, que para diminuir a criminalidade há necessidade de reduzir a maioridade penal e aumentar o tempo do adolescente infrator na prisão. Por essa lógica se justifica o número de assassinatos da população negra e a não aplicação da lei que tipifica o racismo como crime inafiançável.

Mas, não é novidade que Dilma, para sustentar seu governo da burguesia, negociou com entidades do Movimento Sindical e organizações dos Movimentos Sociais para que as lutas fossem freadas, mesmo diante de realidade como essa. Calar diante dos números oficiais de assassinatos de negros e negras é compactuar com o crime, pois o racismo, além da relação de opressão é também essa





reprodução de relações sociais e econômicas que sustentam a desigualdade.

O fim do genocídio, a luta por salário igual, cotas proporcionais no mercado de trabalho e nos estudos e por impor um reconhecimento humano da população negra são formas de coibir a desumanização tão necessária para a intensificação da exploração da classe da trabalhadora também necessária ao capitalismo em crise, coisa que nenhum partido burguês permitirá.

O MACHISMO COMO FORMA DE CONTROLAR A MULHER TRABALHADORA

Outro tema recorrente e que evidencia o papel das eleições para o fortalecimento dos valores burgueses é o aborto. Nenhum partido burguês apresenta proposta para que a mulher deixe de correr o risco de ser presa ou de morrer pela prática do aborto clandestino, muito pelo contrário, a insistência vai ao sentido de obrigar a mulher trabalhadora a ter a criança, independente de ser indesejável ou resultado de estupro.

O importante é manter a tutela sobre o corpo da mulher trabalhadora com o discurso de garantir vida ao feto, mesmo que mulheres pobres continuem morrendo (a cada 2 dias uma brasileira morre por aborto inseguro). O aborto sempre existiu e o que nos interessa não é fazer apologia ou defendê-lo como método contraceptivo, muitos já existem por aí. O que não se pode aceitar é que o Estado subscreva a omissão de socorro, a denúncia via médicos, o número de mortes e a criminalização de mulheres por uma decisão que diz respeito a seu próprio corpo.

Essa questão é uma das maiores demonstrações do quanto o Estado burguês reproduz o machismo. Enquanto a mulher passa por tudo isso, o homem, também responsável direto por essa situação, segue ileso.

E de tempos em tempos nos

deparamos com denúncias sensacionalistas de clínicas clandestinas. Nos últimos dias vimos o caso de Jandira no Rio de Janeiro. Evidencia-se o desaparecimento, questiona-se a existência da clínica clandestina, mas, em nenhum momento a conclusão é a de que se a mulher fosse amparada quando decidisse por algo que diz respeito à sua vida e ao seu corpo situações como essa não existiriam.

A descriminalização e legalização do aborto (1 milhão por ano) é uma necessidade da mulher trabalhadora mas não da mulher burguesa (muito bem assistida em casos como esse) e não deveria depender de programas de governo ou de bancadas, essa é mais uma demonstração de como a democracia burguesa é democrática para a burguesia.

UNIDADE NA LUTA COTIDIANA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Diante de situações como essas e temas como esses – casamento civil homo afetivo, redução da maioridade penal e aborto – podemos reafirmar que as eleições não mudam a vida da classe trabalhadora, muito menos de sua parcela mais explorada. E ainda são utilizadas, pela burguesia, seus partidos, candidatos e imprensa para buscar perpetuar seus valores.

Qualquer governo burguês ou que sustente a burguesia (PSDB, PT, PSB, PV) jamais resolverá os problemas que afligem o dia a dia da classe trabalhadora, pois mantém esses problemas em troca da corrupção, do favorecimento de uns poucos e das vantagens para a intensificação da exploração.

Por outro lado, os partidos que buscam falar em nome da classe trabalhadora (PSOL, PSTU e PCB), embora defendam bandeiras importantes, capitulam diante das ilusões ao parlamento burguês e, em muitos momentos, criam a ideia de que falta apenas vontade política para que toda essa situação mude. É dever de qualquer pessoa que lute pela transformação social desmascarar o sistema

de exploração e suas instituições. E é obrigação organizar e fortalecer a luta direta. Sem tomarmos às ruas jamais parlamento e governo burgueses cederão a algumas necessidades da classe trabalhadora, muito menos às necessidades da parcela mais explorada.

E com esse número de assassinatos e mortes de homossexuais, negros e mulheres da classe trabalhadora não é difícil entender o quanto é necessária a radicalização das lutas e o quanto temos vivido, em alguns estados, o estado de exceção (que, dentre outras coisas, dá maior poder à polícia para intensificar a repressão) para garantir que nem as leis, tidas como democráticas, sejam cumpridas como a de direito à manifestação.

A organização e a luta cotidiana da parcela mais explorada em unidade com toda a classe trabalhadora é tarefa das organizações de esquerda que acreditam na transformação social e na consciência e solidariedade de classe, mas, ainda, pouco assumem nos bairros, periferias, escolas e locais de trabalho essa dura batalha.

Radicalizar as lutas para o enfrentamento cotidiano contra os que buscam conservar esse funcionamento desigual da sociedade, a miséria capitalista e os valores burgueses é construção diária com a classe trabalhadora e em unidade de ação entre setores antigovernistas, anticapitalistas e não-burocráticos e não pode se dar apenas em período eleitoral ou nas disputas por cargos. Para derrotarmos essa forma de funcionamento social, econômico e político, que nos divide para melhor nos subjugar e explorar, se faz urgente o enfrentamento também dessa democracia, que é burguesa e que somente existe para burguês.

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

SIGA-NOS NO FACE

facebook.com/espacosocialista1